

# Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético

**Luis Artur Costa**

Docente adjunto do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do PPGPSI/UFRGS, formado em psicologia, mestre pelo PPGPSI/UFRGS e doutor pelo PPGIE/UFRGS. Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [larturcosta@gmail.com](mailto:larturcosta@gmail.com)

## *Narrate yourself to stray from the reasonable: fiction as a clinical-political ethical-aesthetic device*

**Resumo:** A experiência com oficinas de ficções colaborativas problematiza a noção de políticas do narrar e a produção dos nossos territórios existenciais, compreendendo-as como dispositivos clínico-políticos ético-estéticos que operam a experimentação constante dos nossos limites do dizer, fazer, pensar, sentir, conviver. A ética ficcional desloca a política do narrar moderno-colonial e suas plataformas globais em um exercício ético de escuta-contágio das diferenças como singularidades-virtualidades.

**Palavras-chave:** Políticas do narrar; Ficção; Clínico-política; Ético-estética; Oficina.

**Abstract:** *Experience with collaborative fiction workshops problematizes the notion of the politics of narrating and the production of our existential territories, understanding them as clinical-political ethical-aesthetic devices that operate the constant experimentation of our limits of saying, doing, thinking, feeling, living. Fictional ethics displaces the politics of modern-colonial narration and its global platforms toward an ethical exercise of listening-contagion of differences as singularities-virtualities.*

**Keywords:** *Politics of narrating; Fiction; Clinical-political; Ethical-aesthetic; Workshops.*

## **Narrando-nos, nós dos encontros, em uma roda de ficção.**

Sentado no sofá com a janela sobre o colo, escorro o mundo entre minhas pernas enquanto navego para além do ar em um gesto forçoso de imaginar a vida que lá fora reinventada. Dois mil e vinte, tempos de pandemônio. Caem os escombros do mundo ao nosso redor enquanto mantemos a tranquilidade trágica dos resignados ao seu destino. Vez por outra, desespero, a claustrofobia da casa e a infinitude do isolamento fazem-se concretas. Mas em geral apenas espero, sem esperanças de salvação, mas com a certeza de que nada nunca será como antes ao mesmo tempo que tudo continuará igual. Fica o desafio de exercitar absurdos em meio a tanto delírio distópico que nos trazem os ventos. Sinto saudades das cidades, mas jamais consigo sair delas. Levo-as comigo até mesmo quando adentro os confins do pampa. De fato, sou um pedaço delas, fragmento de cidade a deambular pelo mundo. Por isso a relevância de imaginar-me outras cidades possíveis. Por isso a relevância de contar-nos outras cidades possíveis. Por que temos medo, ainda mais medo e ainda mais ódio, a cindirem o que já estava separado por abismos. Talvez seja um pueril artifício ensinar outras urbes, diferentes edifícios, desviantes condomínios, no entanto, é exatamente no campo do sensível que habitam nossos mais impronunciáveis juízos e, assim, é imprecisamente neste corpo pleno de memórias do possível que podemos, quem sabe, tornar menos provável o que é sempre inevitável. Fecho os olhos com força para evitar que adentrem as imagens de sempre e erijo uma paisagem pela qual caminho atento ao meu corpo: a brisa revirando os pelos pela epiderme, um pé de vento repentino lança cabelo ao rosto, cheiro de móveis antigos, mofo e gnv próprios do centro da cidade no inverno, um laivo de café e um amontoado de conversas me invadem ao cruzar a esquina de um antigo café. Troco olhares com os desconhecidos em busca de um no qual me reconheça. Um semblante mais taciturno,

de olhar pedril com vetustas sobranceiras me encara como quem desafia minha existência, não sei se me considera impossível, inviável ou apenas “imoral”. Ele larga um comentário como um pigarro na calçada e eu finjo que não escuto. Fico até curioso por saber, mas dou de ombros ao gesto indigesto e sigo meu caminho pelo calçadão. Está um belo dia de sol com uma brisa fresca, não vou esquentar a cabeça com estultices desta espécie. Abro os olhos e miro o ecrã do *laptop*, estou em uma roda quadrada com um grupo que fala desde diferentes lugares. Cada um narra um pequeno e intenso fragmento de cidade que carrega consigo. Uma senhora relata o quanto estão crescendo os meio-fios nos últimos anos. Um jovem diz que, por outro lado, visitou sua antiga escola e tem certeza de que as salas e corredores estão a encolher, alguém haverá de ter-lhes roubado espaço e tempo, posto que, podia apostar, o turno de um dia tampouco durava o mesmo de antes. Uma mulher comenta que há pouca novidade para ela no isolamento social, sua surpresa era de que não estávamos todos nesta mesma situação desde sempre. Não estamos? A companheira de roda do terceiro quadrado à esquerda contrapõe que nem em tempos de isolamento consegue parar e que anseia um dia no qual não precise se expor a tanta correria por tão pouca cortesia. Um jovem com o fundo de uma parede de tijolos expostos, unidos por um rejunte irregular e abundante, logo vaticina: eu, muitas vezes, nem posso correr sob o risco de morrer em decorrência do medo imaginário de alguém. Medo que mais parece ódio, diga-se de passagem. Um homem de barba hirsuta e vincos lavrados, lado a lado, nas bochechas, fala das saudades de quando o chão era solo e podia meter as mãos no território que caminha sem receio das sujidades do mundo. Outro homem, igualmente hirsuto, responde de uma sala com forte luz branca ao lado de um jovem de jaleco: “eu, da minha parte, sempre tive intimidade com as coisas das ruas, suas

miudezas, porcarias para uns, encantos de cada canto ruero para mim”. A conexão trava, entrecorta as próximas falas e eu me perco singrando as falas escutadas reverberando no meu sangue, na minha carne, nas minhas vísceras. Poderei eu, pedaço de cidade que sou, ignorar o que estas histórias fazem comigo? Como uma comunidade sentada no entorno do fogo, tecemos uma trama de experiências a transformarem nossa possibilidade de experienciar as cidades pelas quais, nas quais, narramo-nos aos nós dos nossos encontros.

#### **Um convite para encontros muitos: oficinas de ficção colaborativa**

Esse artigo se originou a partir do convite para realizar uma oficina de escrita-de-si no evento *Deleuze: modos de usar* organizado pelo LAPSO da UFPel em 2020. A referida oficina é constituída por um conjunto de protocolos flexíveis erigidos no decorrer de alguns anos de experimentação com a produção colaborativa de narrativas ficcionais (COSTA, 2014; COSTA, 2016). Trata-se de um dispositivo simples: pessoas sentadas em roda são convidadas a fecharem os olhos e imaginarem em detalhes os passos, paisagens, sons, odores, etc. do seu cotidiano durante um dia da sua vida desde o despertar, logo após a experiência imaginativa, solicitamos que as pessoas escrevam uma breve narrativa a partir do imaginado e compartilhem com xs demais. Na sequência do compartilhamento das narrativas, são todes convidadas a fecharem uma vez mais seus olhos, mas agora, ao invés de imaginarem o próprio cotidiano, são provocadas a imaginarem o cotidiano de outra pessoa, em outra situação, com outras condições e marcadores sociais das diferenças que não os seus. O convite é para que cada pessoa imagine ser alguém que considere completamente diferente do que pensa ser. Tal convite à formulação de um(a) personagem pode variar muito dependendo do grupo com o qual se realiza a oficina e, também, das questões que permeiam a realização

da mesma: pesquisadores podem imaginar ser as pessoas que estão sendo pesquisadas em seus trabalhos, trabalhadores da saúde e da assistência, por sua vez, podem ser convidadas a imaginarem o cotidiano das/os usuárias/os que frequentam seus serviços, podem ser operados deslocamentos de gênero, raça, classe, sexualidade, corporeidades, etc.. Esta experimentação imaginativa foi planejada para tensionar nossas condições de possibilidade de pensarmos a nós mesmos e às/aos demais, operando problematizações nos nossos modos de sentir, pensar, fazer, viver, tanto tornando mais concretas e passíveis de tensionamento crítico nossos próprios regimes existenciais, quanto, junto disso, colocar em questão nossas formas de visibilizar-pensar em alteridades, evidenciando-tensionando nossa posicionalidade ao pensar um “outro”. Tais narrativas de vidas ficcionadas são, também compartilhadas em um seguimento do processo de tensionamento das nossas condições de possibilidade de reconhecimento de nós mesmos, das diferenças ou das outridades (KILOMBA, 2019) que reiteramos mesmo que sem perceber. Por fim, em um terceiro momento, a partir das narrativas compartilhadas neste segundo momento, o grupo passa a construir um personagem coletivo que terá um dia da sua vida inventada-contada pelo grupo: quem seria, o que escuta, o que faz, do que gosta e do que foge, onde nasceu e onde vive, com quem anda, o que pensa e o que sente, são algumas das muitas questões que vamos tecendo para constituir uma posicionalidade da/o personagem e, então, iniciar a narrativa de um dia na vida desta pessoa do despertar ao adormecer.

Já experimentamos este dispositivo clínico-político em diferentes contextos: em equipes de projetos de extensão e de projetos de pesquisa (para fomentar uma análise de implicação via a ficção colaborativa), em participantes escutadas por projetos de extensão ou de pesquisa (para fomentar processos de reflexão sobre

suas próprias vidas e elaboração de materiais que poderiam auxiliar na formação de profissionais que trabalham com estes públicos), em estudantes e pessoas em geral, interessadas em experimentar a oficina. Em especial durante os anos de 2015 e 2016, desenvolvemos encontros semanais com um grupo de pessoas que integravam o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) e que estavam atuando como facilitadoras junto a alguns serviços da assistência especializada em atender pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Foram três semestres intensos, nos quais nos sentamos em roda, compartilhamos experiências, debatemos sobre diferentes questões de nossas vidas e produzimos três contos, uma série de fotos e um vídeo<sup>1</sup>. Estas produções literárias, fotográficas e audiovisuais serviram para que as/os facilitadoras/es promovessem, por sua vez, oficinas junto a trabalhadoras/ trabalhadores da rede de assistência social especializada no atendimento a pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre. Para tanto, além de fazerem uma roda de conversa com as equipes, utilizavam a leitura de algum dos contos e o vídeo como dispositivos para uma intervenção que promovesse uma escuta que transformasse os modos de pensar-sentir as vidas das pessoas em situação de rua que chegavam aos serviços. Nos relatos sobre as oficinas ministradas, suas/seus ministrantes contavam de interessantes deslocamentos no campo sensível de diversos/diversas trabalhadoras/res das equipes. Tal estratégia de intervenção clínico-política apoiada na estética (e sua potência poética de provocar deslocamentos nos processos autopoiéticos) demonstrou muitas vezes uma grande capacidade de efetuar intensas problematizações que reverberam em todo um corpo que pensa com seus afetos.

Já antes de tais experimentações a ficção se apresentava como estratégia metodológica no decorrer dos trabalhos realizados no Grupo de Pesquisa Corpo, Arte e Clínica, do qual eu fiz parte durante

[1] O grupo de sete a nove facilitadoras/res elaborou no decorrer de um ano e meio três contos narrando a vida de três pessoas em situação de rua, uma série de fotografias e um vídeo.

muitos anos sob a coordenação de minha orientadora Tania M. Galli Fonseca. Se desde minha dissertação *Brutas Cidades Sutis* (2007) a ficção estava intensamente presente como método (articulando dissertação com narrativas literárias, fotográficas e audiovisuais que redundaram em minha primeira exposição com o Coletivo Ardecidade), no decorrer desta e de outras experimentações de tal oficina, muitos outros trabalhos foram sendo realizados em nosso grupo de pesquisa utilizando a ficção (colaborativa ou não) como estratégia metodológica voltada para o tensionamento-acontecimento dos nossos modos de escrever, ver, falar, pensar, fazer e, em especial, escutar. Exploramos, em nosso grupo, a ficção como estratégia cartográfica na produção de conhecimento em uma perspectiva clínico-política ético-estética, partindo de uma experimentação para percorrer e tensionar nossos modos de existência. Uma experiência de antropologia especulativa (SAER, 2004) entre virtualidades, istidades, singularidades em um empirismo transcendental (DELEUZE, 2008b) no qual há uma paradoxal imanência entre sensível e inteligível, atual e virtual. Cartografia-ficcional (BOTTONI; COSTA, 2018), memórias inventadas (CUNHA, 2017); alterego heterotópico (ALVES; COSTA, 2019), retratos (CEZAR, 2018); delírio como método (NASCIMENTO, 2018; COSTA, 2012), redução ao absurdo (CARDOSO, (no prelo); COSTA, 2018), biografemas colaborativos (COSTA, 2016), inacabamento-fragmento (MAZZOLI, 2019), escrevivência (ALMEIDA, 2018; CARDOSO, 2020), historicizar (PAULA, 2019), etc. são algumas das operações metodológicas que já foram experimentadas pelo grupo.

#### **Políticas do narrar**

Narrar é ato constituinte e constituído pelo agenciamento de diferentes verbos em declinações muitas: amares, amedrontar, fugir,

buscar, estabelecer, compartilhar, diferir, convergir, durar, sofrer, rir, lutar, dormir e acordar. Ilimitados seriam os verbos e infinitivos suas declinações possíveis. Narrar é o ato de tecer vida coletiva e toda vida sempre é coletiva, mesmo quando apartada por individualidades é a narrativa da sacralidade privativa e do medo/ vergonha do outro que cerze esse coletivo feito de isolamentos conjuntos em apartamentos. Narrar, assim, assemelha-se aos processos de individuação psíquico-coletivos de Gilbert Simondon (2009): feitos de palavras, ideias, afetos, emoções, implicações, tais individuações comuns modulam diferentes arranjos de um viver juntas. O narrar, assim, é parte fundamental na constituição de um dançar coletivo desde uma mirada Espinosista (ESPINOSA, 1973; DELEUZE, 2008): aproximar velocidades, compor ritmos, fazer variar um conjunto, por meio destes fios-narrares nos quais duram aproximações e afastamentos, amores, temores e ódios.

Todo narrar é político e toda política é narrativa. Todo narrar é afirmação de uma memória e toda memória é afirmação de uma narrativa. Toda narrativa é real e toda realidade é narrativa. Toda perspectiva onto-epistêmica ético-estética assume uma certa variação de políticas do narrar que envolvem uma certa relação-produção da memória, um certo estilo do viver juntas e um modo de perceber-fazer a realidade vivida. Muitos são os gestos políticos que erigem pólis enquanto modulação de diferentes estilísticas do viver junto, enquanto operadores da individuação deste ente coletivo que tantos nomes recebe: sociedade, comunidade, coletivo, grupo, etc. Muitos são os gestos que perpassam tal processo de individuação coletivo: comer, dormir, transar, amar, trabalhar, descartar, morar, obedecer, sacralizar, transgredir, entre muitos outros. No entanto, todos eles, de algum modo, são sempre atravessados pela operação do narrar: o que se come, como se come, por que se come ou não, os modos de

[2] Mesmo quando uma narrativa pretende realizar uma operação de reiteração do mesmo, uma homogeneização generalizante, a afirmação de uma generalidade universal, etc., o que ela opera de fato é uma repetição da diferença (DELEUZE, 1988), uma série de variação (DELEUZE, 1975).

amar e suas justificativas e histórias passadas, as formas de obter prazer consideradas adequadas e todas aquelas “proibidas” mas que ainda assim são experimentadas, as razões e funções do trabalho, a construção da ideia do que deve ser e como será descartado, enfim, todos gestos que constituem nosso viver junto são de algum modo perpassados por narrares muitos os quais, junto dos afetos por estes narrares fomentados, são a teia que une nossas singularidades em suas diferenças em um comum<sup>2</sup>.

Narramos muitas vezes com palavras, mas não só. Narramos também com imagens, sons, gestos, objetos, afetos, construções, formas e organizações dos modos de morar, trabalhar, comer, amar e muito mais. Tais narrativas duram entre nós de diferentes formas e sevem sempre de matéria-prima para novos narrares que destes partem em uma função de recordar e recriar-esquecer nossas ancestralidades. Nosso corpo é narrador e narrado. É a concreção coletiva de milênios de narrares muitos em um ecossistema com o qual forjamos tendências do perceber, do afetar, do viver juntas interespécies, com os minerais, relevo, clima, etc.. Nosso mundo mesmo é também narrador e narrado: seus acontecimentos se sedimentam em fatos, modos, morros, rios e vales que se tornam condição de possibilidade da contínua variação do nosso narrar. Nossos gestos e afetos são narradores e narrados em meio ao corpo, o mundo e as multidões. O narrar é a produção de um bloco de perceptos e afectos (campo probabilístico-virtual de afetações e percepções possíveis) os quais, por sua vez, servem de plano de composições para a emergência de conceitos-perspectivas de mundo e as consequentes coordenações da realidade em prospectos e functivos que permitem juízos muitos (DELEUZE; GUATTARI, 1992). Deste modo, por exemplo, o carrapato desde seu umwelt (DELEUZE; GUATTARI, 1997) articula-se com o mundo desde um modo de narrá-

lo pela luminosidade, pelo odor, pela gravidade e pelo calor em busca da menor concentração capilar na pele: “O carrapato, atraído pela luz, ergue-se até a ponta de um galho; sensível ao odor de um mamífero, deixa-se cair quando passa um mamífero sob o galho; esconde-se sob sua pele, num lugar o menos peludo possível. Três afectos e é tudo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.44). Nosso próprio corpo e sua complexa fauna e flora de microrganismos são já narrares eles mesmos, são possibilidades de afetação, de articulação, que condicionam e possibilitam expressividades e afetações em uma multidão agenciada como um corpo múltiplo. Uma boca, dois braços, uma coluna, um intestino, um polegar opositor, um órgão fonador, etc., tudo se articula com o mundo, ideias, afetos, objetos, gestos e muito mais na constante re-(des)delimitação dos blocos de afetações e percepções possíveis aos quais aqui denominamos narrativas: o ensejo de certa trama de sentidos possíveis em devir.

### **Concepções de ficção e suas políticas do narrar**

Advertência: esta é uma obra de ficção, qualquer semelhança com nomes, pessoas, fatos ou situações da vida real não é mera coincidência, posto que a ficção é real enquanto ficção que possui como matéria prima e produção final, nossas reais afetações e experiências.

Dizem alguns, que o aviso que muitas vezes vemos ao início de obras audiovisuais sobre a possível coincidência entre eventos ou personagens da obra com acontecimentos e pessoas da realidade, seria decorrente da insatisfação de uma figura célebre em ver sua história representada de um modo distinto do que realmente ocorrera em sua vida: no referido filme tal pessoa era assassinada ao passo de que estava ainda a respirar tendo, inclusive, assistido à referida obra cinematográfica e ficado extremamente insatisfeito com sua morte ficcional. Não tenho certeza que tal explicação seja correspondente

à sucessão de eventos que nos levaram à popularização de tal advertência no início de novelas, séries e filmes. No entanto, não tenho dúvidas de que, no mínimo, se trata de uma ficção plena de realidade: ela dá corpo real aos tensionamentos vividos no confronto entre uma ética da ficção e a vontade de juízo representacional. Paul Preciado, por exemplo, inicia sua obra *Pornotopia* (2020) com uma advertência similar retirada de um texto de David Foster Wallace escrito em 1989: “Este texto é pura ficção. (...) Quando nesta obra se utilizam os nomes de empresas, de meios de comunicação ou de políticos, com eles só se quer denotar personagens, imagens, a matéria dos sonhos coletivos” (PRECIADO, 2020, p.7).

Na advertência que serve de epígrafe a este capítulo, exploramos o paradoxo da ficção a partir do qual vamos afirmar uma ética ficcional: toda realidade é ficcional enquanto produção colaborativa em processo e toda ficção é real enquanto produção de narrativa-mundo. Assim, desde o momento que paradoxalizamos os pretensos polos entre Natureza e Artifício, também o fazemos entre o fato e a ficção (COSTA, 2012): tudo é artifício posto que nada está dado nem é eterno, estando nossos modos de ser em constante processo de construção colaborativa, complexa e singular, que jamais esgota seu campo de virtualidades possíveis em nossos modos de agenciá-la segundo nossas pretensões e sentires (WHITEHEAD, 1956). No entanto, não pretendemos, com isso, apenas igualar as narrativas científicas da modernidade-colonialidade com as narrativas ficcionais da literatura e das nossas pesquisas-intervenções em Psicologia Social, pois tal constatação deste caráter sempre ficcional na constituição da onto-episteme do mundo não iguala estas diferentes políticas do narrar em suas ético-estéticas: enquanto uma busca produzir coordenações homogeneizantes (DELEUZE; GUATTARI, 1992) de significados-referentes (DELEUZE, 1975) segundo uma lógica indutivo-dedutiva

(SIMONDON, 2003) voltadas para a previsão-controle, a outra, busca produzir complexificações-singularizações-deslocamentos de perspectivações-sentidos (DELEUZE, 1975) segundo uma lógica transdutiva (SIMONDON, 2003) e abdutiva (COSTA, 2012) voltadas para a afirmação de uma clínico-política do vivermos juntos.

Se há uma operação que parece transversalizar o campo ficcional em geral seria esta do afetar inteligível-sensivelmente, em suas diversas variações de políticas do narrar e de qual estilo clínico-político de afetação se almeja provocar: modulações distintas das produções de experiências e contágios em diferentes arquiteturas de armadilhas sensível-inteligíveis em blocos de perceptos e afectos. Poderíamos somar ainda outros elementos caros a todas ficções, mas por certo existe uma ação nesta dimensão do afetar-contagiar que nos interessa em especial: o singular campo ético-estético-político de promover a operação de deslocar, tensionar, transgredir, fazer-se perder em vertigem, provocando variações em nosso regime do dizível, pensável, perceptível, etc.; operação de estabelecer rizomares em marés de ressaca, de cultivar o mofo cotidiano na multiplicação das tramas singulares de articulação com o mundo e nossos modos de viver. Nestes últimos casos, temos, por exemplo, a própria operação do delirar (COSTA, 2014) como modo caro aos fazeres ficcionais em seu labor de imaginar mundos além dos nossos imaginários totalizantes, fomentando, inclusive, imagens sem imagem possível. A metodologia da ficção se vê, assim, como parte do mundo e aliançada aos eventos-objetos com os quais se articula em uma trama de variações: aliançada sim, mas jamais filiadas no sentido de um saber representacional em uma etiologia determinista causal. Variação concebida como repetição na acepção deleuziana (1988) que se diferencia drasticamente da equivalência, da generalidade, da similitude, da replicação e da reiteração, estas últimas, próprias da

modulação moderno-colonial das ciências em suas políticas do narrar em busca de homogeneizações na promoção de coordenações para a previsão-controle objetificantes de eventos, pessoas, etc. Assim, ao tensionarmos tal ética ficcional junto ao campo das ciências moderno-coloniais (do qual a Psicologia Social faz parte), pretendemos deslocar as políticas do narrar destas desde práticas de experimentações várias que se aproximam das artes, da literatura, da contação de histórias e de muitas outras modulações da nossa produção de comum. São diferentes formas de ensinar pelo contágio um corpo possível ao nosso campo de afetações-percepções possíveis.

Se tudo é, de algum modo, uma política do narrar, poderíamos afirmar sem receios que tudo é ficção, posto que tudo é, de algum modo, artifício e invenção em processos de duração distintos, do corpo ao cosmo, do social ao biológico, falamos, sempre, de processos de apreensão coletivos a erigirem o mundo no qual vivemos: elétrons, átomos, moléculas, corpos, relevos, tecendo modos comuns, leis, estilos, (des)funções, etc.. Em tal radical aceitação de ficção ela não estaria circunscrita à dimensão humana das palavras, valores e instituições, mas a toda e qualquer existência que afeta e se afeta na produção colaborativa da realidade, incluindo o planeta como ecossistema com seus relevos, climas, faunas e floras. Assim, ao dissolvermos em paradoxo a oposição da metafísica ocidental entre natureza e artifício findamos por devir também as fronteiras que se queriam absolutas entre fato e ficção (COSTA, 2012). No entanto, como dissemos antes, isso não iguala as diferentes políticas do narrar presentes nestes atos-acontecimentos que tecem coletivos: no caso dos narrares humanos, por exemplo, temos um modo ficcional específico para a construção dos fatos e outro, deste distinto, para erigir o que usualmente denominamos em nosso cotidiano como ficção. São políticas narrativas distintas: uma mais concentrada

em possibilitar a coordenação, o controle e previsão, a distinção e objetivação de referentes, enquanto a outra está mais focada na construção de uma perspectiva, de uma voz, de um lugar, por meio da dimensão estético-poética dos contágios sensíveis. São ênfases nas modulações de estilísticas narrativas que afirmam distintas (mas não opostas) políticas do narrar que aqui poderíamos diferenciar como metodologia científica moderno-colonial e metodologia ficcional. Não custa lembrar que em ambas temos o campo da formalização inteligível de coordenadas e conceitos, assim como em ambas temos o plano sensível das composições, já que tais modulações são intrínsecas uma à outra do mesmo modo que o espaço e o tempo são um só na dimensão do fluxo-acontecimento (WHITEHEAD, 1994). Do mesmo modo, ambas são, de certo modo, ficções, pois ambas são constituídas em um processo artificioso de invenções muitas em constante variação. No entanto, em que pese tais similaridades, nos interessa no presente texto arraigar suas distinções e, para tanto, reservaremos o uso da ficção como método para tal modulação poética que radicaliza uma ética pragmática dos efeitos estéticos na direção da produção de sentidos, de perspectivismos, de delírios-problemas, abduções, etc. (COSTA, 2014). Elemento muito caro às ficções em geral, o ato de provocar contágios sensíveis-inteligíveis de modo a fazer variações de experiências ganha especial importância quando assumimos a ficção como método em sua radicalidade de delírio.

Assim, reservaremos aqui o uso da ficção como metodologia na Psicologia Social (COSTA, 2014) para uma política específica do narrar a qual afirma uma ético-estética voltada ao deslocamento, vertigem, incômodo, variação, problematização, delírio, etc. Trata-se, assim, de uma política do narrar que assume como objetivo não a pretensa reprodução-representação dos nossos modos de ser,

mas sim o tensionamento dos nossos modos de ser, dizer, pensar, ouvir, ver, fazer, etc.. Tal perspectiva política que assume não a tentativa de reprodução-representação do nosso mundo, mas sim sua experimentação-tensionamento está presente em diversas obras-metodologias tanto no campo usualmente referido como “artes” como naquele comumente chamado de “ciência”: recorde, por exemplo, das restrições impostas por Lars Von Trier a Jorgen Leth no filme *As 5 Obstruções* (2003), lembro dos *Exercícios de Estilo* (1995) de Raymond Queneau e de *O Sumiço* (2015) de Georges Perec, da deriva psicogeográfica de Debord (1997), entre muitos outros, mas em resumo, recorde da contraposição de contra-protocolos aos protocolos instituídos na busca de incrementar-deslocar nosso campo de criação. Trata-se do masoquismo como método de experimentação sensível para produzir um CsO (DELEUZE, 2018).

**A ética ficcional como contra-protocolo narrativo da atualidade: potências clínico-políticas da oficina.**

Desde ao menos a metade do século XX vivemos em um capitalismo que tem como um dos seus principais campos de batalha econômica a captura dos afetos-percepções das pessoas que o constituem. A chamada *attention economy* (MARAZZI, 2002) ou o capitalismo cognitivo é uma das nuances que emerge em meio às demais com a produção e dispersão massiva de imagens. Tal configuração se sedimenta em especial com a ascensão das chamadas *mass medias* nas primeiras cinco ou seis décadas do século XX, mas poderíamos encontrar elementos de tal organização no século XIX com a replicação técnica industrial de cartazes e imagens afins por meio da litografia, nas catedrais do Barroco europeu em seu intenso espetáculo voltado à conversão e promoção do medo-esperança, ou, até mesmo, na tipografia de Gutenberg e sua força na dispersão das

letras em meio às reformas protestantes. Em resumo, a disputa da atenção, dos afetos, das emoções e afins, não se constitui como novo território recém invadido, as ações de colonização e de capitalização há muito já se dedicavam a tal continente consciente e inconsciente, no entanto, temos no decorrer dos séculos XX e XXI uma expansão e intensificação da centralidade de tal estratégia na operação do sistema capitalista em sua reprodução e variação de si: cinema, rádio, televisão, blogs, redes sociais, aplicativos, etc., não apenas se tornam onipresentes e se infiltram em cada filigrana do cotidiano, como também se tornam grandes potências econômicas dos mercados<sup>3</sup>.

A noção de espetáculo com a autonomização da imagem como máxima acumulação do capital em uma sociedade que passa a ser governada por meio da mediação imagética (DEBORD, 1997). A noção do capital auto-replicável sem lastro necessário em ouro ou petróleo, no qual, tautologicamente, o valor de uma moeda é o valor que a moeda possui no mercado, ou seja, uma questão de fé em sua replicação e sustentação (HARDT, NEGRI, 2004). A noção de uma sociedade constituída por relações mediadas por lógicas de consumo nas quais existe aquilo que é visto segundo a lógica tautológica do best-seller: “best seller é um livro muito vendido por ser muito vendido” (BAUDRILLARD, 1995). A noção de aceleração e desmaterialização dos fluxos (VIRILIO, 1994). A noção do nosso tempo como a afirmação constante da crise como forma de governo em uma constante e complexa gestão dos riscos e modulação dos hábitos (DELEUZE, 1992; FOUCAULT, 2008; BECK, 2008). Infundáveis são as letras já utilizadas para descrever nossos tempos. Vemos, entre todas estas noções, a afirmação de elementos constituintes do nosso capitalismo contemporâneo desde essa mirada que ressalta suas sucessivas dinâmicas de desterritorializações das singularidades e suas reterritorializações sobre territórios mais abstratos, ou seja,

[3] Os dados são um dos principais ativos do mundo atual: <https://jornal.usp.br/radio-usp/big-tech-define-futuro-dos-eua-diz-colunista/>. Big Techs são algumas das maiores empresas: <https://www.ibe.edu.br/as-10-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2020-segundo-a-forbes/>.

sobrecodificados (DELEUZE, GUATTARI, 2010), em especial, pelo comutador universal do capital.

Adissolução de mundos, fronteiras, costumes e sua reconstituição costumam ser acompanhadas por ódios e medos que permeiam e operam tais desterritorializações, mas em especial, operam suas reterritorializações em novas fronteiras amedrontadas pela velocidade e revolução que elas próprias promoveram. À velocidade desterritorializante que o sistema violentamente provocava com sua dissolução de referências, novas referências também violentamente eram construídas em um processo de assimilação de tudo e todos a uma plataforma moderno-colonial do capital como medida de todas as coisas e pessoas.

Assim, nos cruéis movimentos que inauguram a modernidade com as invasões europeias dos continentes da África e América (MBEMBE, 2018), a colonialidade se constitui como posicionalidade pretensamente universalizada que captura e sobrecodifica no mercantilismo nascente toda e qualquer vida existente no globo terrestre: sequestraram pessoas de suas casas e comunidades, tentaram impor-lhes outros costumes, línguas, nomes e história, em um inimaginável processo de escravização pleno das mais extremas violências. Em conjunto com tal processo, a fauna e a flora de cada continente foram rapidamente transladadas de um lado ao outro do globo pela promoção de grandes fazendas de monocultura (plantations) e pelo comércio de especiarias. Assim, continentes inteiros foram invadidos e devastados para a construção de “novos mundos”: dilacerantes desterritorializações concomitantes a violentas reterritorializações coloniais. Vidas, corpos, gestos, afetos, objetos, paisagens, ideais, absolutamente tudo pode ser recortado da sua superfície-trama de singularidades nas quais emerge para ser reinscrito em um plano no qual recebe um valor econômico, uma

cifra, uma função reduzida ao mercado, a qual, por sua vez, permite uma lancinante hierarquização desde a mirada do capital. Assim, de certo modo, desde a emergência da modernidade com sua violência alterocida (MBEMBE, 2018) ao invadir, escravizar e promover genocídios em nome da constituição de um mercado transoceânico, vemos a constituição de uma grande plataforma sobrecodificadora (DELEUZE; GUATTARI, 2010) por meio da qual se produziam equivalências para então promover desigualdades e, em especial, objetificações extremas por meio da exploração e violência necropolítica (MBEMBE, 2016). A plataforma intercontinental da modernidade-colonialidade traduziu continentes inteiros em cifras e estabeleceu hierarquias centradas na Europa: conhecimentos, pessoas, fauna, flora, paisagens, minerais, etc. foram objetificados em diferentes graus e traduzidos em uma escala de valor nesta plataforma sobrecodificante na qual o capital faz as vezes da linguagem binária da atual computação de dados.

Nestes tempos se multiplicavam espaços de confinamento-anulação para governar e promover a objetificação violenta daquelas e daqueles aos quais a plataforma tentava reduzir a objetos manipuláveis. As estratégias disciplinares foram uma das tecnologias de governo vigentes e pungentes nestes primeiros séculos da modernidade-colonialidade para promover o controle sobre corpos e populações. Assim, diante de tais multidões violentamente contidas em espaços fechados, o grande medo sempre era o da explosão: a revolução, a revolta, o levante que romperia com grilhões, correntes, amarras, muros, grades e outros dispositivos de contenção. Tais grandes confinamentos produzidos pela própria dinâmica reterritorializante dos fluxos por parte do capital produzirá imensa energia potencial contida nestes espaços e sempre pronta a explodir e sabotar o “normal” andamento mecânico das engrenagens da produção.

No entanto, com a variação de tal plataforma moderno-colonial

disciplinar-industrial, acompanhamos a produção de plataformas outras, que a esta se coadunaram e que são ainda mais desterritorializadas em suas operações de reinscrição reterritorializante do que as anteriores: a biopolítica (FOUCAULT, 2008) e sua reinscrição dos corpos, gestos, recursos, afetos, hábitos, etc. como tendências estatísticas ordenadas em função de metas e índices; a financeirização do mercado em uma de rede global especulativa a projetar-apostar valores em plataformas de cifras; a digitalização do mundo em plataformas eletrônicas informacionais nas quais todos e tudo são traduzidos em linguagem binária de zeros e uns. Assim, se antes os medos eram voltados para a possibilidade de explosão-revolta da massa confinada dentro das fronteiras dos espaços de fechamento disciplinares, em nossos tempos o medo é a velocidade, o contágio, a circulação, o pesadelo pandêmico tantas vezes vividos em ficções distópicas antes de ser realizado em nossos dias que agora vivemos em pleno ano de 2020. Nos tempos das tautologias virais das sociedades do consumo (BAUDRILLARD, 1995), do espetáculo (DEBORD, 1997), do controle (DELEUZE, 1992), da aceleração (VIRILIO, 1994), do líquido (BAUMAN, 2001), da hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), etc., é a dispersão-multiplicação de contágios que promove os sonhos e os pesadelos de cada um(a), é por meio desta dinâmica de formação de tramas de replicação viral de afetações-contágios que se constituem muitas das utopias e distopias deste século XXI.

Em nossos tempos a velocidade e a replicação são constituintes do valor e do temor. Viralizar é constituinte ontológico de valor social-monetário em nossas plataformas do capital-digital ao mesmo tempo que hackers e imigrantes, assim como vírus digitais e biológicos, tornam-se imagens-estereótipos das infâmias que justificam novas velhas violências da modernidade-colonialidade. Do mesmo modo, seguindo o temor dos fluxos e suas possíveis contaminações-

encontros intempestivos, as estratégias disciplinares invertem seus vetores da exclusão para a exclusividade (COSTA, 2007). Futuros distópicos de terras arrasadas por contágios que proliferam patologias diversas, muitas envolvendo fantasias autofágicas-destrutivas (zumbis e afins), se coadunam com sonhos de sucesso viral imediato em meio às políticas do espetáculo do consumo midiático digital. Vemos, deste modo, a continuidade da produção de regimes de narrativa que estigmatizam e buscam reafirmar a lógica alterocida (MBEMBE, 2018) em novos velhos moldes que tornem possível a continuidade da violência extrema, das hierarquizações, objetificações, etc.

As políticas narrativas moderno-coloniais estabelecem, assim, diferentes discursos que compõem com biopolíticas e necropolíticas na estigmatização de infâmias as quais ensejam tanto o deixar morrer quanto o fazer morrer em nossas sociedades. A plataforma moderno-colonial estabelece, assim, capturas diversas por muitas linguagens na produção das homogeneizações, equivalências e desigualdades pela hierarquização da referida plataforma “comum”. A formalização matemática é fundamental para a produção das principais linguagens de tal processo de homogeneizar-igualar para hierarquizar e afirmar desigualdades radicais ao ponto máximo da objetificação alterocida (MBEMBE, 2018) das necropolíticas (MBEMBE, 2016).

O capital e o digital formalizam tudo e a todos em um mesmo plano-plataforma a partir do qual as hierarquias podem ser efetuadas com facilidade desde a desterritorialização e reterritorialização sobrecodificante decorrente. A simplicidade formal constituinte do capital e do digital se assemelham à simplicidade da estrutura viral: um conjunto simples propício a constantes mutações e a estabelecer relações de contágio que os dispersam rapidamente transformando os diferentes territórios-hospedeiros nos quais se replicam-mutam transformando as formas de ver, falar, ouvir, sentir, pensar ao

transformarem nossas políticas de narrar: narrativas biológicas, econômicas, sociais, psicológicas, tecnológicas, etc.

Evidentemente tal política do narrar extremamente formalizada do capital-digital é composta em conjunto com as linguagens verbais, visuais, gestuais, musicais, arquitetônicas, etc., que se coadunam com tal estigmatização econômica e algorítmica. Assim, uma política do narrar que aposta na produção de conhecimento para além desta possibilidade de inscrição na plataforma moderno-colonial necessita de um contra-código para ultrapassar as amarras e os sulcos nos caminhos de nossas sensibilidades e pensares já tão marcados por esta lógica.

As políticas do narrar moderno-coloniais afirmam uma ético-estética das generalidades, das equivalências, das igualdades-desigualdades, das coordenações e jamais das composições, das séries, das repetições como diferença (DELEUZE, 1988). A questão de que a retórica da ciência, em especial das exatas e biológicas, ser voltada, desde sua constituição moderna nos séculos XVI e XVII, para a finalidade de previsão e controle, generalização e replicação, falam exatamente desta estética formal-homogênea-hierarquizante e sua ética de juízos binários que estabelecem desigualdades abissais entre uns e “outros” para promover relações de dominação. Assim, por exemplo, estabelecem um plano de registro universal dos seres vivos, mas os hierarquizam em uma árvore zoológica-teleológica, do mesmo modo que erigem um plano de registro universal denominado humanidade, mas o hierarquizam a partir de princípios racistas, machistas, classistas, capacitistas, cisheteronormativos, etc..

A ficção, na presente concepção, tomada como uma ético-estética (COSTA, 2014), tem uma relevante potência clínico-política sobre nossas práticas de sentir, dizer, pensar e fazer o nosso mundo. A ficção, assim, é uma política do narrar que se propõe a um exercício

ético-estético e clínico-político por meio do qual tecemos e re-tecemos nossas possibilidades de sentir e pensar, dizer e fazer, ser e expressar, pensando tais operações como imanentes umas às outras, impossíveis de serem cindidas em especialidades específicas como nas ciências da modernidade-colonialidade e suas políticas do narrar. O conceito de ficção aqui possui uma ético-estética que lhe faz diferir agudamente das políticas do narrar que se voltam para a produção de narrativas generalizantes-homogeneizantes, que representam, referem, explicam significados, apontam (in)existências, coordenam variáveis, sempre desde um ponto de referência que é ao mesmo tempo negado em sua concretude parcial e assumido como abstrato-universal, como se fosse a própria música das esferas e não uma multiplicidade de melodias produzidas desde certas experiências, práticas, lugares, tempos, etc.. Na ficção é exatamente a explicitação-construção-afirmação desta posicionalidade que veremos ser assumida como potência na busca por contagiar experiências com as singularidades deste lugar-ficcional narrado. Se jogarmos com o campo conceitual de Deleuze (1975), podemos pensar que enquanto as políticas do narrar moderno-coloniais ressaltam as dimensões proposicionais da designação e do significado, a estilística ética que aqui denominamos como ficcional, por outro lado, resalta as dimensões proposicionais do manifesto e do sentido, na construção de um estilo de ser, na produção de uma estilística do viver juntos e da constante transformação de tais modulações.

A ficção opera aqui como contra-narrativa voltada para tensionar nossas políticas do narrar hegemônicas: não se trata de uma linguagem representacional que coordena e ajuíza (in)existências, verdades e falsidades, mas sim uma prática de experimentação constante dos nossos limites do dizer, fazer, pensar, sentir, etc. na busca de transgredi-los e reinventá-los. Não falamos, assim, em obtenção

de evidências, mas sim em problematizar que regimes morais-ontológicos-epistêmicos-políticos-estéticos estão perpassando e constituindo as condições de possibilidade da delimitação das nossas evidências, ou seja, não se trata de (des)confirmar hipóteses, mas sim colocar em questão do que nossas hipóteses são feitas. Não se trata de evidenciar o que é considerado evidente para um certo regime de visibilidade, mas sim colocar em xeque nossa noção do visível. Por isso ressaltamos tanto a relevância da dimensão ético-estética e política nesta política do narrar, já que ela mesma se afirma como exercício ético, estético e político a um só tempo.

Deste modo, as oficinas de ficção colaborativa se tornam potentes espaços clínico-políticos para compartilhar, tensionar e colocar em questão nossos regimes sensíveis-inteligíveis na busca de ficcionar outras sensibilidades e pensares possíveis por meio de um coletivo como dispositivo de produção de mundos (BARROS, 1993). Partindo da potência conectiva dos coletivos em nossos tempos, promover o contágio de afetações que ampliem nossas possibilidades de sentir e pensar ao mundo em escutas que ultrapassem as políticas de narrar moderno-coloniais. Na mesma linha, como estratégia de pesquisa-intervenção, tal ação colaborativa do ficcionar coloca em xeque as divisões entre quem produz a análise, posto que o gesto ficcional é a própria análise, sendo um ato analítico compartilhado com todas e todos que participam da oficina. Não há, assim, “informantes” do campo ou “dados” a serem analisados pelos pesquisadores posteriormente a sua “coleta”, tampouco tem-se uma intervenção que realiza um diagnóstico e planeja sua ação sobre um coletivo, muito antes pelo contrário, com a oficina de ficção colaborativa o gesto de análise e a operação da intervenção são realizados pelo coletivo por meio da própria produção ficcional e sua ético-estética, sua política do narrar-se e narrar-nos construída pelo coletivo que constitui a oficina. Tal

compartilhamento da construção de uma narrativa ficcional como política do narrar possibilita uma experimentação ética para além das divisões entre sujeito-objeto e expert-leigo: fazer ver outras possibilidades-singularidades das experiências que compõem o mundo, deslocando alguns dos esquadros hegemônicos de narrar ao modo da modernidade-colonialidade (narras disciplinares, biopolíticos, necropolíticos, etc.). Temos, assim, na experimentação e na constituição desse território comum de agência pela prática ficcional, um potente dispositivo analítico de produção de escuta para além do normativo, do hegemônico, do constituído. Nas palavras de Grada Kilomba (2019): “(...) enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Neste sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou” (p.28). O ato de narrar que se constitui potencialmente como produção de escuta, faz-se possível revolução micropolítica das afetações a transformarem as condições de possibilidade das nossas experiências, nossa composição-mundo tecida por percepções-afetações-conceitos: como divisamos a paisagem-mundo vivida e como valoramos os elementos divisados em tal paisagem (orgulho, admiração, respeito, medo, ódio, vergonha, culpa).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Arthur Gomes de. **A história de A.**: escrevivências de um aluno cotista negro do curso de psicologia da UFRGS. TCC (Graduação) – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- ALVES, Moisés José de Melo; COSTA, Luis Artur. A ficção como dispositivo para problematizar as tecnologias de si: alter ego, autoajuda e escrita de si. **Revista Mnemosine**, vol.15, nº1, p. 352-372, 2019.
- BARROS, Regina Duarte Benevides de. Grupo de Produção. In: **Saúde e loucura** 4, 1993, p. 145-54.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Ed. 70, 1995.
- BECK, Ulrich. "Momento cosmopolita" da sociedade de risco. **ComCiência**, Campinas, n. 104, 2008. Disponível em <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542008000700009&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000700009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 11 mar. 2020.
- BOTTONI, Francine Delavald; COSTA, Luis Artur. Ética ficcional-cartográfica: a procura humilde e a força frágil. **Quaderns de psicologia**, vol.20, n.1, 2018, p.89-100. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1436>
- CARDOSO, Jesse Rodrigues. **Trajeto de Rogério (s)** : escrevivências de um estudante periférico que na descortina-ação da cidade (se) encontra com a população em situação de rua. TCC (Graduação) – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2020.
- CARDOSO, Vanessa Branco. **O cigarro da formiga**: paradoxos entre trabalhadores e vagabundos em um estabelecimento prisional. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (no prelo).
- COSTA, Luis Artur. **Brutas cidades sutis**: espaço-tempo da diferença na contemporaneidade. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Desnaturando desmundos**: a imagem e a tecnologia para além do exílio no humano. Tese (Doutorado)\_Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

- \_\_\_\_\_. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. **Fractal, revista de psicologia**, v. 26 – n. esp., p. 551-576, 2014.
- \_\_\_\_\_. Compendo subjetivações biografemáticas: a arte como dispositivo nas práticas em saúde mental. **Cadernos brasileiros de saúde mental**, v.8, n.18, p.04-24, 2016.
- \_\_\_\_\_. O (des)apropriado juízo de propriedade da posse: um delírio distópico ficto-jurídico em tempos esquizo-neuróticos. Em: Costa, Luciano Bedin da; Marques, Diego Souza (orgs.). **A hora do pesadelo**: paixões distópicas em educação. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2018. p.107-132.
- CEZAR, Brida E. S. **A ética da memória nos trilhos da ferrovia**: narrativas poéticas de um processo de pesquisa. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2018.
- CUNHA, Aneta Regina. **Memórias inventadas do endividamento**: governamento da pobreza. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2017.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.
- DELEUZE, Gilles (2008). **En medio de Spinoza**. Buenos Aires: Cactus.
- \_\_\_\_\_. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Ed. 34, 2008b.
- \_\_\_\_\_. **Cartas e outros textos**. São Paulo: n-1, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1975.
- \_\_\_\_\_. **Diferença e repetição**. Ed. Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. Post-scriptum às sociedades de controle. Em: **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992. p.219-226.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Mil platôs vol.4**. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O Anti-Édipo**. São Paulo: Ed. 34, 2010

ESPINOSA, Baruch de. **Obras selecionadas.** Os Pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1973.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004

LIPOVETSKY, Pilles. **Os tempos hipermodernos.** São Paulo: Ed. Barcarolla, 2004.

MARAZZI, Christian. A crise na New Economy e o trabalho das multidões. In: COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela (Orgs.). **As multidões e o império:** entre globalização da guerra e universalização dos direitos. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

MAZZOLI, Pietra Pujol. **Narrativas infieis:** a ficção como ferramenta na escrita psi. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MBEMBE, Achille (2016). Necropolítica. **Revista arte & ensaios**, nº 32, dezembro. Rio de Janeiro: PPGAV UFRJ.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1, 2018.

NASCIMENTO, Luiza de Oliveira. **Jogos de xadrez :** do encarceramento à institucionalização de jovens mulheres e as práticas psi. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PAULA, Leonardo Régis de. **Narrativas e ficção:** traçando interseccionalidades no Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PEREC, Georges. **O Sumiço.** São Paulo: Autêntica, 2015.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopia:** playboy e a invenção da sexualidade multimídia. São Paulo: n-1, 2020.

QUENEAU, Raymond. **Exercícios de estilo.** Rio de Janeiro: Imago, 1995.

SAER, Juan José. **El Concepto de Ficción.** In: El concepto de ficción. Buenos Aires: Seix Barral, 2004, p. 9-16. Disponível no site <http://www.literatura.org/Saer/jsTexto6.html>. Acessado em 10/05/2011.

SIMONDON, Gilbert. A gênese do indivíduo. In: **Cadernos de subjetividade:** o reencantamento do concreto. São Paulo: Editora HUCITEC EDUC, 2003.

\_\_\_\_\_. **La individuación:** a la luz de las nociones de forma y de información. Buenos Aires: Ediciones La Cebra y Editorial Cactus, 2009.

VIRILIO, Paul. O último veículo. **Revista 34** Letras n 5/6, setembro/1994, RJ.

WHITEHEAD, Alfred North. **Proceso y realidad.** Buenos Aires: editorial losada, 1956.

\_\_\_\_\_. **O conceito de natureza.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.